

ACT em processo de conciliação Banca concorda em iniciar negociação salarial para 2022 em simultâneo com a de 2021

Na primeira reunião de conciliação sobre o processo de revisão salarial de 2021 do ACT, o grupo negociador da Banca (GNIC) aceitou a proposta do MAIS e do SBC para simultaneamente negociar os aumentos salariais para este ano.

Por solicitação do Mais Sindicato e do SBC, a revisão salarial de 2021, após o impasse na negociação ao fim de quase um ano, passou para a fase de conciliação sob a égide da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) do Ministério do Trabalho.

A primeira sessão, que se realizou dia 28 de janeiro, registou alguma evolução: a proposta dos Sindicatos para que se negociasse em simultâneo a revisão salarial de 2021 e 2022 – rejeitada na altura – foi agora aceite pela Banca.

Argumentando com o facto de o novo ano estar já em curso, o GNIC aceitou o estender o processo, mas rejeitou a negociação de qualquer outro clausulado além da tabela e cláusulas de expressão pecuniária, também proposto pelo MAIS e o SBC em 2021.

Valores insuficientes

Na sessão de conciliação, a Banca propôs aumentar a tabela e as cláusulas de expressão pecuniária em 0,4% para 2021, reiterando o que já havia indicado nas negociações diretas, e 0,7% para este ano.

Apesar deste passo ser positivo, a proposta percentual do GNIC continua a não satisfazer os Sindicatos, que a consideraram muito negativa, pois os seus valores são inferiores à inflação de 1,3% em 2021 e de 1,8% prevista para este ano.



MAIS e SBC frisaram que estes valores, a manterem-se, levarão à impossibilidade de um acordo.

Ou seja, os Sindicatos não podem aceitar uma “esmola” quando a APB demonstra, no relatório do 3.º trimestre de 2021, que os resultados do setor foram bastante rentáveis. Apesar de o País se apresentar num contexto de pandemia, a Banca conseguiu gerar milhões de euros de lucros, fruto do esforço e dedicação dos trabalhadores.

Os Sindicatos reiteraram ainda que, ao contrário das Instituições de Crédito (IC), tudo têm feito para alcançar um acordo, tendo apresentado variadas propostas nas negociações diretas que permitem valorizar os trabalhadores e compensar o esforço do trabalho. No entanto, nenhuma delas foi sequer analisada e ponderada pela Banca, rejeitando liminarmente qualquer solução.

SAMS

MAIS e SBC insistiram na necessidade de as IC aumentarem as contribuições *per capita* para o SAMS, defendendo que as circunstâncias – redução do número de trabalhadores por rescisão e despedimento, reformas antecipadas e aumento de idade dos beneficiários – fizeram crescer os custos e diminuir as receitas.

As reuniões prosseguirão, sendo expectativa destes Sindicatos que as IC subscritoras do ACT do Setor Bancário reconheçam a injustiça das suas propostas em face dos lucros obtidos – e sem repercussão na melhoria de vida dos bancários.

As Direções

